

DA ECONOMIA POLÍTICA AO MINISTÉRIO DA FAZENDA: A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS ECONOMISTAS NO BRASIL*

FROM POLITICAL ECONOMY TO THE MINISTRY OF FINANCE: THE PROFESSIONALIZATION OF ECONOMISTS IN BRAZIL

Andrea Felipe Cabello**
Ivan Colangelo Salomão***

Resumo: Profissional que esteve no centro do debate acerca do desenvolvimento nacional, o economista teve sua atuação institucionalmente reconhecida em meados do século passado. Suas atividades oficiais remontam, porém, ao início do XX, quando intelectuais brasileiros que tiveram contato com os autores clássicos passaram a utilizar o conhecimento para refletir sobre o desenvolvimento do país. O estabelecimento das primeiras escolas de Economia contribuiu para fornecer mão de obra qualificada para a burocracia pública, paulatinamente formada a partir de 1930. Ponto mais alto dessa estrutura, o Ministério da Fazenda também reflete uma faceta da profissionalização dos economistas no Brasil.

Palavras-chave: Economista; Brasil; Ministério da Fazenda.

Abstract: A professional who has been at the center of the debate about national development, the economist was institutionally recognized in the middle of the last century. His official activities, however, date back to the beginning of the 19th century, when Brazilian intellectuals who had contact with the classical authors began to use their knowledge to reflect on the country's development. The establishment of the first schools of economics contributed to supplying a qualified labor force for the public bureaucracy, which was gradually formed after 1930. The highest point in this structure, the Ministry of Finance also reflects a facet of the professionalization of economists in Brazil.

Keywords: Economist; Brazil; Ministry of Finance.

Classificação JEL: B29

*Submissão: 17/05/2022 | Aprovação: 22/08/2022 | Publicação: 23/12/2022 | DOI: [10.54805/RCE.2527-1180.v5.i2.111](https://doi.org/10.54805/RCE.2527-1180.v5.i2.111)

**Universidade de Brasília (UnB) | E-mail: andreafe@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1489-0676>

***Universidade Federal do Paraná (UFPR) | E-mail: ivansalomao@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5857-7505>

1. Introdução

O estabelecimento das primeiras escolas de economia formalmente ligadas a uma estrutura universitária no Brasil remonta ao final da década de 1940. Conquanto seu ensino tenha sido oficialmente instituído quando da chegada da Corte portuguesa – ano em que D. João VI concedeu a cátedra da disciplina a José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu –, a cadeira manteve-se restrita às faculdades de Direito de São Paulo e Olinda/Recife, estendendo-se, posteriormente, aos cursos politécnicos no decorrer do século XIX. Em 1926, homologou-se a instrução das ciências econômicas e comerciais como pré-requisito aos estudantes que seguiam a carreira de contabilidade. Duas décadas mais tarde, criou-se a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, vinculada à Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, pedra fundamental do primeiro curso de economia do país (VIEIRA, 1981).

O longo caminho percorrido pelo reconhecimento institucional da profissão responde a uma série de fatores. Da limitada diversificação setorial característica das economias especializadas na exportação de produtos primários à burocratização tardia de suas estruturas estatais, o fato é que os economistas brasileiros só granjearam o mesmo reconhecimento que seus pares europeus ou norte-americanos algumas décadas depois. Nesse sentido, Coats (1985) argumenta que a ideia de profissionalização das carreiras dos cientistas sociais é, de fato, controversa, uma vez que geralmente carecem de um reconhecimento legal claro e de um código de ética formal. No caso específico dos economistas, sua aversão à reserva de mercado e ao monopólio foram os principais motivos que retardaram o seu processo de profissionalização. De acordo com o autor,

from an intraprofessional standpoint the essential prerequisite is the existence of a group of individuals subjectively aware of themselves as professionals, with shared knowledge, interests, skills, and standards of conduct and performance – although these standards may be neither explicit nor precisely defined. The extraprofessional requirement is public recognition of their command of specialized knowledge, usually in the form of academic degrees or qualifications not readily accessible to the layperson. This recognition leads to especially designated appointments, differential and higher remuneration derived from the inelasticity of supply, delegation of responsibility or authority and a measure of social esteem (COATS, 1985, p. 1698).

Tal distinção sugere que a exigência intraprofissional equivaleria a um estado pré-paradigma de uma proto-comunidade, no sentido de Kuhn (2012), o que poderia, eventualmente, ocorrer sem a existência de escolas formais. Acadêmicos autodidatas são suficientes para formar essa comunidade, que só poderia se desenvolver, porém, com a criação e o funcionamento de programas de pós-graduação e programas de pesquisa estabelecidos. A exigência extraprofissional, na forma como descrita por Coats, representa uma etapa formalmente institucionalizada da carreira, que, no Brasil, dependeu do reconhecimento legal da profissão de economista: o Decreto 7.988, de 22 de setembro de 1945, responsável pelo estabelecimento das regras para faculdades e cursos de Economia e pela certificação da profissão no país.

Haddad (1981) retroage a formação acadêmica no Brasil ao início do século XIX, sem fazer distinção, entretanto, com os cursos de Finanças Públicas, Comércio e Direito Administrativo, disciplinas ministradas nas Faculdades de Direito, Escolas Militares e Escolas de Comércio. A introdução dessas disciplinas nos cursos superiores já estabelecidos decorreu, em primeiro lugar, da necessidade de se estudar as técnicas subjacentes às atividades do comércio exterior. Já nas escolas politécnicas, visava-se ensinar aos alunos disciplinas como Economia e Estatística, “with the aim of giving the engineer a background and understanding of and an ability to handle industrial and agricultural production problems.” (HADDAD, 1981, p. 321). O autor se refere especificamente ao curso de Engenharia Econômica, matéria já inserida nos cursos superiores brasileiros da época.

Já para Garófalo e Rizzieri (2007), o primeiro diploma em Economia em território brasileiro foi concedido em 1905. Gudín (1956) foi, possivelmente, o primeiro autor a discorrer sobre o processo de profissionalização da Economia no Brasil. Engenheiro de formação, Gudín ressalta que, até 1945, todo economista brasileiro era, necessariamente, autodidata, condição também ressaltada por Loureiro e Lima (1994), Simonsen (1966) e FGV (2000). Nota o autor que, à exceção de determinados cursos ministrados por professores franceses, parte expressiva das noções de Economia ensinadas nas universidades brasileiras ocorria em faculdades de Direito e Engenharia, mesclando noções de Direito, Filosofia e Letras. Gudín apontava para o fato de o Banco do Brasil não dispor, até então, de uma seção organizada para levantar, sistematizar e analisar dados e informações, o que contribuía para que os debates econômicos da época estivessem repletos de “amadores”. Em suas palavras: “O fato de se exercer uma atividade econômica no Comércio, na Indústria, nos Bancos, na Agricultura é considerado suficiente para opinar sobre os problemas econômicos do país” (GUDÍN, 1956, p. 61).

Delegava-se a condução da política econômica, por sua vez, a “homens públicos”: banqueiros, advogados e empresários, os quais, invariavelmente, não tinham instrução formal em Economia ou Políticas Públicas (FGV, 2000). Nesse sentido, Haddad (1981) argumenta que sua formação acadêmica, com forte influência jurídica, o levava a abordar questões de finanças públicas de um ponto de vista meramente tributário e administrativo. Parte desses homens práticos formaram uma elite diminuta da primeira experiência de uma comunidade de economistas, em sentido lato, uma vez que congregaram formação acadêmica (ainda que autodidata) e experiência pública para criar, em 1946, a Escola Nacional de Economia (Faculdade Nacional de Ciências Econômicas). Participaram desse movimento nomes importantes da história econômica brasileira, como o próprio Eugênio Gudín, Antonio Dias Leite e Octávio Gouvêa de Bulhões.

2. Economistas brasileiros na era desenvolvimentista

A partir desse momento, e à medida que a máquina pública se diversificava, os economistas passaram a gerir o desenvolvimento da nação a partir de novos postos que não apenas os tradicionais cargos que ocupavam até então – Ministério da Fazenda, Banco do Brasil e empresas estatais. Assistia-se à criação de órgãos como a Superintendência da Moeda e do Crédito (1945), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1952), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (1959), o Ministério do Planejamento (1962) e, já sob o regime militar, o futuro Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (1964) e o Banco Central do Brasil (1964).

Se antes disso o treinamento da burocracia governamental dava-se diretamente nos órgãos supracitados, a partir de então as escolas de economia passaram a assumir a incumbência de treinar esse corpo burocrático (LOUREIRO, 1997). Trata-se de uma diferenciação dessa nova classe emergente, uma vez que os raros quadros que contavam com formação estrita em economia obtiveram-na no exterior, como, por exemplo, o diplomata Roberto Campos, que concluiu os estudos em nível de pós-graduação nos Estados Unidos.

A apropriação da teoria gerada nos centros acadêmicos do Norte ocorreu, porém, de forma paulatina. Loureiro e Lima (1994) identificam tal processo de internacionalização da Economia no Brasil por meio da adoção de padrões teóricos e metodológicos empregados em países avançados, principalmente nos Estados Unidos. A própria abordagem mais formalizada em termos matemáticos e estatísticos respondeu a essa aproximação gradual. O evento realizado em Itaipava em 1996 foi um marco importante desse processo. Na ocasião, um grupo de professores e diretores de faculdades de Economia se reuniram para discutir a situação e propor um plano de modernização do campo no país. Loureiro e Lima (1994) também incluem a reforma universitária de 1968 nesse projeto de atualização da academia brasileira à luz do que ocorria nas escolas dos países centrais, momento em que o chamado “sistema francês”, baseado em cátedras, foi substituído pelo que se convencionou designar de “sistema americano”, estruturado em departamentos. Não por coincidência, tratou-se do momento em que começaram a surgir os primeiros programas de pós-graduação em Economia no Brasil, tendo sido a Escola de pós-graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE/FGV) o primeiro deles. A própria Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) foi criada em 1971, quando passou a organizar um congresso anual, selecionar alunos para os cursos de pós-graduação de forma integrada e promover o intercâmbio de ideias entre acadêmicos e centros de pesquisa.

Tratou-se de um segundo momento de importância medular para o ensino e a pesquisa econômica no Brasil. Foi a partir do início dos anos 1970 que se observou a vinda de professores estrangeiros patrocinados por diversos programas norte-americanos – como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a Fundação Ford e a Fundação Rockefeller –, bem como a ida de uma leva crescente de alunos brasileiros para cursarem o doutorado nos Estados Unidos. Haddad (1981) cita cursos de especialização elaborados para o governo brasileiro por diversas instituições internacionais com o objetivo de fornecer treinamento em áreas como avaliação de projetos e planejamento econômico, dentre as quais se destacavam as Nações Unidas e a CEPAL:

The National Development Bank and the National Economic Council wanted, in a relatively short period, to supply the public sector with personnel capable of handling basic analytical tools. These courses were of fundamental importance, since they were organized during a transition period in which academic teaching was poor and the national development process insistently required economists to perform new functions (HADDAD, 1981, p. 323).

Versiani (2007) descreve como a Economia foi a primeira área a institucionalizar uma relação articulada entre centros de pesquisa e entidades governamentais, e como essa interação impactou não apenas a academia, mas, sobretudo, o entendimento acerca da utilidade da matéria para a condução das políticas públicas. Nota-se, assim, que o desenvolvimento da ciência econômica e a profissionalização dos economistas no Brasil estiveram intimamente relacionados à atuação do governo brasileiro, cuja expansão passou a exigir técnicos treinados para executar as tarefas de consecução, planejamento, coordenação das políticas públicas. Posto de outra forma, os problemas econômicos e sociais do século XX eram de “organização, gestão e criação dos meios de desenvolvimento”, desafio que exigia um número crescente de economistas bem formados (FGV, 2000, p. 9).

Criada em julho de 1944, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi inicialmente incumbida de estudar a organização racional do trabalho e o preparo de pessoal para as administrações pública e privada. O primeiro artigo de seu estatuto definia que:

O Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público fica autorizado a promover a criação de uma entidade que se proponha ao estudo e à divulgação dos princípios e métodos da organização racional do trabalho e ao preparo de pessoal qualificado para a administração pública e privada, mantendo núcleos de pesquisas, estabelecimentos de ensino e os serviços que forem necessários, com a participação dos órgãos autárquicos e paraestatais, dos Estados, Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios, dos estabelecimentos de economia mista e das organizações privadas. (Grifo nosso)

Entre os principais serviços prestados pela instituição naquele momento destacavam-se o cálculo e a tabulação de uma série de indicadores econômicos oficiais, tidos até hoje como as estatísticas mais confiáveis para aquele período da história

brasileira, tais como o balanço de pagamentos, a renda nacional e, sobretudo, os índices de preços. Se a FGV contava com recursos públicos para desenvolver tais atividades, não se pode minimizar a importância do financiamento de instituições estrangeiras, como a Fundação Rockefeller e outras fontes oficiais ligadas ao governo dos Estados Unidos (FGV, 2000).

O papel da instituição como fornecedora de mão de obra qualificada para o governo pode ser aferido por determinados dados que aquilatam a envergadura da sua atuação. Em 1959/1960, a FGV ministrou aulas para 7 alunos que, posteriormente, foram estudar em algumas das mais prestigiadas universidades estrangeiras, como Harvard, Princeton e London School, na Inglaterra. Ao retornarem, tais pesquisadores tornaram-se professores universitários ou integrantes de órgãos como a CEPAL, o BNDE e a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Dos estudantes matriculados entre 1961 e 1964, 41 foram enviados ao exterior, fazendo com que o curso oferecido pela Fundação se tornasse uma porta de entrada não institucionalizada para os programas de mestrado e doutorado das mais renomadas escolas na Europa e nos EUA (FGV, 2000).

Principal centro de estudos e pesquisa econômica de São Paulo, a Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP) passou por um processo semelhante a partir dos anos 1960. Ekerman (1989) ressalta a importância dessa escola na criação da comunidade de economistas na maior e mais industrializada cidade do país. Garófalo e Rizzieri (2007) mencionam que muitos dos primeiros membros do corpo docente da FEA/USP ocuparam cargos governamentais enquanto lecionavam simultaneamente na universidade. O caso mais conhecido foi o de Antonio Delfim Netto, um jovem professor da USP que liderou o processo de modernização acadêmica pelo qual passou a instituição naquele período (HESPAHOL e SAES, 2021). Seu trabalho de livre-docência sobre o café o levou para a Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo e, dali, para o Ministério da Fazenda em 1967. Lessa e Earp (2007) argumentam que o prestígio de Delfim Netto como ministro de Estado durante o regime militar contribuiu para a consolidação da FEA/USP como um centro relevante de geração de conhecimento na área.

Loureiro e Lima (1994) também destacam a diversidade de posições econômicas – teóricas, metodológicas e até epistemológicas – defendidas pelas diferentes escolas no Brasil e como esse mosaico atua sobre a formação dos economistas brasileiros. Da apropriação de dogmas ortodoxos ao culto a teorias, tais conflitos são entendidos por Loureiro (1992) como um dos principais motivos do engrandecimento do papel dos economistas públicos, uma vez que vêm pautando o debate econômico nacional desde então. Lessa e Earp (2007) argumentam que tais conflitos afetaram as escolas de forma concreta em função da escassez de bons professores após o golpe militar de 1964, pois alguns pesquisadores de elite, não alinhados ao novo regime, foram para o exílio. Celso Furtado, o mais prestigiado economista brasileiro do século XX, por exemplo, fez carreira internacional após lecionar apenas um único semestre na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

O imbróglio surgido quando da criação da ANPEC ilustra tais dissonâncias. Contrária à incorporação do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) na associação, a FGV-Rio não avalizava a entrada de uma escola tão afeita à heterodoxia quanto a Unicamp. Esta, por sua vez, demonstrava maior aptidão para desenvolver estudos sobre a questão industrial, tema central para a economia brasileira naquele momento. Daí a oportunidade preenchida pela criação do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), inicialmente focado na pesquisa da referida temática.

Por fim, a academia brasileira da década de 1980 em diante conheceu uma expansão dos cursos de pós-graduação em Economia. Foi naquele período que surgiram os primeiros centros de pós stricto sensu fora de São Paulo e Rio de Janeiro. Apoiados por órgãos de fomento criados no início dos anos 1950, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tais escolas lograram expandir não apenas o ensino, mas a possibilidade de geração de conhecimento econômico em localidades afastadas dos centros urbanos industrializados. A oportuna e necessária aproximação com realidades as mais díspares possíveis fez com que a economia estudada na periferia se locupletasse das riquezas ocultas nem sempre captadas pela teoria mainstream.

Isto posto, torna-se possível identificar três diferentes fases no processo de profissionalização do economista do Brasil. A primeira, até meados dos anos 1950, caracterizou-se pela formação quase autodidata de tais estudiosos vanguardistas, que colhiam da experiência cotidiana o conhecimento de que se utilizavam nas diferentes áreas de atuação. O segundo momento foi marcado pelo treinamento de um número limitado de economistas no exterior – notadamente, nos Estados Unidos – e nos primeiros cursos de economia estabelecidos no país. A última fase desse processo foi estabelecida com a expansão e ampliação da oferta de cursos de mestrado e doutorado em território brasileiro.

Isto posto, este artigo tem por objetivo analisar o processo da profissionalização do economista no Brasil por meio das trajetórias de alguns dos mais relevantes ministros da Fazenda que comandaram a economia do país. Nesse sentido, faz-se um breve histórico do ensino de economia no Brasil a partir de meados do século XIX para, em seguida, apresentar a atuação de ministros como Antonio Delfim Netto, Luiz Carlos Bresser-Pereira e Pedro Malan.

3. Os ministros da Fazenda: economistas práticos e acadêmicos

Criado meses após o desembarque da família real no Rio de Janeiro, em 1808, o Ministério da Fazenda foi a âncora do desenvolvimento brasileiro. Gabinete sob o qual se pensou o país desde a ruptura com a metrópole e a consequente

instauração do regime imperial (1822-1889), a Fazenda justificou a centralidade delegada a sua alçada ao acomodar os maiores nomes do horizonte político brasileiro do século XIX.

Ao advento republicano intercorreram diversas mudanças institucionais, como a adoção definitiva da designação “Ministério da Fazenda” (1891) e a inauguração de uma época em que determinados titulares do cargo foram posteriormente reconhecidos pelo aprofundamento inédito do poder que concentraram sob a pasta. Além da passagem de diversas figuras de peso da intelectualidade brasileira da República Velha, dois ministros da Fazenda daquele período vieram a se tornar presidentes da República após a experiência à testa da economia do país: Rodrigues Alves e Getúlio Vargas.

Ainda que a complexificação da burocracia estatal a partir dos anos 1930 tenha contribuído para uma desconcentração dos afazeres na administração pública – cujo símbolo maior foi a fundação do Departamento Administrativo do Serviço Público (1938) –, a criação de novos órgãos estatais não logrou sobrepujar a primazia da Fazenda na condução de assuntos econômicos. Foi sob o comando desse ministério que se arquitetou o processo deliberado de industrialização o qual viria a transformar o futuro do país. Tratava-se da primeira das cinco décadas em que o Estado passaria a liderar os rumos da economia brasileira sob o projeto nacional-desenvolvimentista.

Foi, então, sob a presidência dos generais (1964-1985) que os economistas em geral, e o Ministério da Fazenda, em particular, reassumiram o predomínio político na administração do país com status que, possivelmente, não haviam ostentado até então. No império dos tecnocratas – tido até hoje como a “era de ouro” da profissão no Brasil –, os ministros da Fazenda fizeram por levar o país da ilha de prosperidade prometida pelo “milagre econômico” (1968-1973) ao mar de turbulência na primeira metade dos anos 1980.

Foi nesse contexto que o já citado professor da FEA/USP Antônio Delfim Netto ascendeu ao mais relevante cargo da administração pública brasileira. Primeiro ministro da Fazenda efetivamente formado em curso de graduação de Economia, Delfim representou toda uma geração de economistas profissionais que ascenderam na burocracia estatal. Conquanto tenha se tornado um gestor público por quase duas décadas e, depois, sido eleito deputado, Delfim Netto não se afastou do debate acadêmico nacional e internacional, acompanhando a evolução teórica da disciplina ainda que dela não mais participasse diretamente.

Se Delfim Netto foi o primeiro ministro da Fazenda “profissional”, Mário Henrique Simonsen talvez tenha sido mais acadêmico e com maior impacto sobre a formação de uma geração de economistas. Formado pela Escola Nacional de Engenharia (ENE), Simonsen fez carreira em empresas de consultoria econômica, como a Ecotec – Economia e Engenharia S.A e a Consultec, que realizavam, principalmente, projetos e estudos de viabilidade.. Ao mesmo tempo, começou a lecionar na própria Escola Nacional de Engenharia, no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e no Conselho Nacional de Economia. Logo em seguida, tornou-se professor do Centro de Aperfeiçoamento de Economistas (CAE) da FGV – centro que enviou os primeiros economistas brasileiros ao exterior. O CAE se transformou na Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) em 1966, sendo Simonsen seu primeiro diretor até 1974, e, posteriormente, entre 1979 e 1993 (LEAL, 1998).

Esse fato diferencia Simonsen dos demais ministros da Fazenda brasileiros que haviam assumido o cargo até então. Delfim Netto também era professor, mas Simonsen foi um acadêmico no sentido estrito do termo, responsável por uma pesquisa de ponta e que dialogava com os economistas acadêmicos que atuavam nas principais escolas do exterior. Pesquisador prolífico, Simonsen seguiu publicando artigos ao longo de toda sua vida, exceto nos breves períodos em que esteve no governo (CABELLO, 2021). Como professor, ainda era responsável pelas principais disciplinas do curso de pós-graduação da EPGE pouco tempo antes de falecer (CABELLO, 2014). Por fim, ele atuava frequentemente na imprensa por meio de colunas que abordavam a conjuntura econômica com linguagem mais acessível ao grande público (CABELLO; SANTOS, 2018).

Já a trajetória de Ernane Galvêas destoa dos dois ministros que o antecederam. Funcionário de carreira do Banco do Brasil (BB), instituição em que ingressou na década de 1940, Galvêas graduou-se em Ciências Contábeis, mas, por meio da carreira no BB, se especializou em Economia com cursos no Centro de Estudos Monetários Latino-Americano (CEMLA), no México, e, posteriormente, no mestrado em economia na Universidade de Yale (CRUZ E SILVA; ASSAF, 2021). Conquanto sua trajetória tenha passado por bancos em cursos de Economia de instituições respeitadas, Galvêas pode ser considerado um economista profissional, ainda que tenha se envolvido com atividades acadêmicas de forma muito pontual no decorrer de seus quase cem anos de vida.

Trata-se de trajetória semelhante à de Roberto Campos – ministro do Planejamento de Castello Branco – e Mailson da Nóbrega, que também foi funcionário de carreira do BB. Diferentemente dos dois, entretanto, Mailson formou-se em economia em uma instituição de Brasília, o UniCeub, já em fase madura de sua vida. Mas assim como Galvêas (por meio do BB) e Campos (do Itamaraty), Mailson¹ assumiu diversos cargos importantes na burocracia estatal brasileira antes de ser nomeado para a Fazenda, angariando experiência em temas como dívida externa e política monetária de forma bastante prática e operacional.

Galvêas se tornou ministro da Fazenda, em 1980, por intermédio de Delfim Netto, à época na Secretaria de Planejamento (SEPLAN), como forma de azeitar as relações entre a Fazenda e o Planejamento, pastas responsáveis pela condução da economia brasileira desde os anos 1960. Isso porque Galvêas já havia sido presidente do Banco Central na época em que Delfim esteve à frente da Fazenda. Faz-se digno de nota que Mailson também tenha desempenhado o mesmo papel conciliador no governo Sarney (1985-1990), primeiro como secretário-executivo, depois como ministro Interino para finalmente assumir o Ministério da Fazenda em 1988. A experiência adquirida no seio da administração pública talvez tenha contribuído para que esses servidores de carreira, a despeito das conhecidas dificuldades impostas pela burocracia estatal brasileira, pudessem contribuir para que os órgãos a que estavam subordinados funcionassem a contento.

Luiz Carlos Bresser-Pereira, também ministro da Fazenda de José Sarney, é outro economista sem graduação na área. Polímata multifacetado, contribuiu para o desenvolvimento da teoria da inflação inercial, conhecimento empregado no Plano Real, mas, sobretudo, para a formação de uma escola de pensamento que se propõe eminentemente nacional: o novo-desenvolvimentismo. A influência de Bresser no universo econômico brasileiro extrapola suas atividades como intelectual. Ministro de duas pastas diferentes no governo FHC – Administração e Reforma do Estado, e Ciência e Tecnologia –, Bresser tem pautado o debate público em suas mais relevantes questões há mais de duas décadas (SALOMÃO; CARVALHO, 2023).

Seu colega de departamento na FGV-SP, Guido Mantega foi o ministro da Fazenda mais longo da Nova República. Com dupla graduação em Ciências Sociais e Economia pela USP, Guido Mantega foi o único ocupante da pasta com doutorado em outra área de conhecimento – ele é doutor em Sociologia do Desenvolvimento, também pela USP. Autor de uma obra clássica a respeito da economia política brasileira (MANTEGA, 1984), Mantega foi um dos principais responsáveis pela condução da economia brasileira do auge dos anos 2000 à crise da década de 2010. Defensor de uma maior intervenção do ente estatal no domínio econômico, Mantega utilizou-se de elementos da teoria keynesiana para combater a crise financeira de 2008; os mesmos instrumentos que, empregados de forma imoderada anos depois, estiveram na origem da crise fiscal por que passa a economia brasileira até os dias de hoje.

O processo de internacionalização da profissão de economista descrito na seção anterior também teve efeitos sobre os ministros da Fazenda brasileiros, notadamente a partir da década de 1990. Homens como Pedro Malan (Universidade da Califórnia em Berkeley), Joaquim Levy e Paulo Guedes (Universidade de Chicago) e Nelson Barbosa (New School for Social Research) obtiveram o título de doutor em Economia em prestigiadas escolas norte-americanas². Dois desses ministros (Malan e Levy) também marcam um tipo não exatamente raro de economista: engenheiros de formação que se especializam em Economia por meio de doutorado na área, reforçando o alto grau técnico e de formalização que a área de Economia apresenta atualmente, atraindo profissionais de diversos campos do conhecimento.

Além da bem-vista internacionalização, a experiência – seja acadêmica ou de mercado – também tem pesado a favor na escolha do titular da Fazenda com peso desproporcional se comparado ao de outros ministérios. Assim, diferentemente das outras pastas, a Fazenda conta com uma blindagem na barganha política, uma vez que seu titular comandará, ao menos em tese, o projeto de desenvolvimento defendido pelo respectivo governo de que faz parte. Dos últimos dez ocupantes do cargo, apenas dois eram políticos “profissionais” (ainda que, em algum grau, todos mantivessem alguma relação partidária); do total, havia pelos menos seis doutores, além diversos perfis com experiência no mercado financeiro, na academia e na gestão pública. A união da experiência de mercado com formação técnica – o caso dos últimos ocupantes do cargo, como Paulo Guedes, Eduardo Guardia, Henrique Meirelles, Joaquim Levy, Nelson Barbosa – tem se tornado uma característica marcante dos homens a quem se delega a condução da política econômica.

Por fim, faz-se oportuno mencionar o caso de Zélia Maria Cardoso de Mello, até hoje a única mulher a ocupar o Ministério da Fazenda em mais de duzentos anos de sua história. Economista formada pela FEA-USP – da graduação ao doutorado –, foi orientada por Alice Piffer Canabrava no desenvolvimento de sua tese sobre a história econômica da cidade de São Paulo. Professora do mesmo departamento onde se formou, licenciou-se ainda jovem para trabalhar nos governos estadual de São Paulo (gestão Franco Montoro) e federal (Sarney e, finalmente, Collor de Mello). Após sua passagem pela burocracia pública, dedicou-se a prestar consultoria no exterior.

Sua trajetória, de certa forma, se aproxima e destoa da de seus pares ministros: por um lado, tanto antes quanto depois de sua passagem pelo governo, dedicou-se a atividades na iniciativa privada. Por outro, se a especialização em história econômica distingue sua trajetória acadêmica das demais, acaba por realçar, também, a capacidade da profissional economista de transitar em diversas áreas, uma vez que tanto a condução da política econômica quanto as atividades de consultoria se afastam, com efeito, do conhecimento adquirido no doutorado.

4. Considerações finais

O processo de profissionalização de economistas no Brasil seguiu a tendência do desenvolvimento da burocracia estatal em um primeiro momento. O Estado foi, historicamente, um dos principais demandantes desses profissionais, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Após o estabelecimento dos primeiros programas de pós-graduação no país, os economistas brasileiros passaram não só a ocupar cargos estratégicos na máquina administrativa, como inseriram-se no debate acadêmico e alcançaram um nível superior de sistematização teórica condizente com a ciência social moderna.

A circulação de estudantes e pesquisadores brasileiros por algumas das melhores escolas do ramo no exterior contribuiu para esse processo de profissionalização do economista no Brasil. Tal fenômeno repercutiu na formação de toda uma geração de ministros da Fazenda brasileiros, cargo que requer, pela natureza de suas incumbências, uma formação técnica específica que, de alguma maneira, o blinda em relação a pressões políticas a que estão submetidas as outras pastas da Esplanada.

Nos últimos tempos, o perfil esperado de um ministro da Fazenda no Brasil não se restringe apenas ao treinamento comezinho obtido em um curso de nível superior. Além de estudos em nível de pós-graduação *stricto sensu*, de preferência em alguma escola de grife no exterior, espera-se que o candidato apresente experiência atestada tanto na administração pública quanto na iniciativa privada. Trata-se de currículo compatível com a trajetória bem-sucedida de um profissional multifuncional, cujas habilidades e ferramentas adquiridas no decorrer de sua formação lhe garantem a possibilidade de atuar nas mais diferentes áreas. Se gestor de uma pequena empresa ou ministro da Fazenda, a polivalência imanente à formação de um economista é o que lhe garante lugar destaque nas mais diversas frentes ocupadas por esses profissionais indispensáveis para o desenvolvimento de qualquer coletividade.

Referências

- CABELLO, A. Mário Henrique Simonsen e a Construção do Conceito de Inflação Inercial. **Revista de Economia Política**, 34(2), 2014.
- CABELLO, A.; SANTOS, A. A Interlocução da Política Anti-Inflacionária com o Público: Metáforas e Analogias no Discurso de Mário Henrique Simonsen. **Cadernos do Desenvolvimento**, 13(22), p. 127-150, 2018.
- CABELLO, A. “Mario Henrique Simonsen – simbiose entre política econômica e academia”. In: SALOMÃO, I. C. (Org.). **Os Homens do Cofre: O que pensavam os Ministros da Fazenda do Brasil Republicano (1889-1985)**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- COATS, A. W. The American Economic Association and the economics profession. **Journal of Economic Literature**, p. 1697-1727, 1985.
- CRUZ E SILVA, V.; ASSAF, M. “Ernane Galvêas – Um plurivalente funcionário público contra a dívida externa”. In: SALOMÃO, I. C. (Org.). **Os Homens do Cofre: O que pensavam os Ministros da Fazenda do Brasil Republicano (1889-1985)**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- EKERMAN, R. A comunidade de economistas do Brasil: dos anos 50 aos dias de hoje. **Revista Brasileira de Economia**, 43(2), p. 113-38, 1989.
- FGV. Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas – EPGE/FGV (1961-1999). v. 1, mimeografado. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- GARÓFALO, G.; RIZZIERI, J. O Departamento de Economia da FEA/USP e o Pensamento Econômico Brasileiro, In: COELHO, F. S.; SZMRECSÁNYI, T. **Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.
- GUDIN, E. A Formação do Economista. **Revista Brasileira de Economia**, n. 1, p. 53-70, 1956.
- HADDAD, P. R. Brazil: Economists in a Bureaucratic-Authoritarian System. In: COATS, A. W. (Ed.). **Economists in Government: An International Comparative Study**. Durham: Duke University Press, 1981.
- HESPAÑHOL, G.; SAES, A. “Antonio Delfim Netto – A moderna retórica econômica”. In: SALOMÃO, I. C. (Org.). **Os Homens do Cofre: O que pensavam os Ministros da Fazenda do Brasil Republicano (1889-1985)**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- KUHN, T. The Structure of Scientific Evolutions – 50th Anniversary Edition. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.
- LEAL, C. I. S. Mario Henrique Simonsen. **Revista Brasileira de Economia**, v. 52, 1998.
- LESSA, C.; EARP, F. S. Mais Além do II PND: O Instituto de Economia da UFRJ. In: COELHO, F. S.; SZMRECSÁNYI, T. **Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.
- LOUREIRO, M. **Formação de elites dirigentes no Brasil: o papel das instituições de ensino e pesquisa econômica aplicada**. vol. 18. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, Núcleo de Pesquisas e Publicações. São

Paulo: FGV, 1997.

LOUREIRO, M. R.; LIMA, G. A Internacionalização da Ciência Econômica no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 3, p. 31-50, 1994.

MANTEGA G. **A economia política brasileira**. São Paulo: Polis, 1984.

SALOMÃO, I. C. (Org.). **Os homens do cofre: o que pensavam os ministros da Fazenda do Brasil republicano (1889-1985)**. São Paulo: Edunesp, 2021.

SALOMÃO, I. C. (Org.). **Os homens do tesouro: o que pensavam os ministros da Fazenda da Nova República (1985-2018)**. São Paulo: Edunesp, 2023.

SALOMÃO, I. C.; CARVALHO, A. R. de. Gestor, policymaker e intelectual: as múltiplas faces do pensamento econômico de Luiz Carlos Bresser-Pereira. In: SALOMÃO, I. C. (Org.). **Os homens do tesouro: o que pensavam os ministros da Fazenda da Nova República (1985-2018)**. São Paulo: Edunesp, 2023.

SIMONSEN, M. H. O ensino de economia em nível de pós-graduação no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, 20, n. 4, p. 19-30, 1966.

VIEIRA, D. T. A História da Ciência Econômica no Brasil. In: FERRI, Mário G.; MOTOYAMA, Shozo (Orgs.). **História das Ciências no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1981.

VERSIANI, F. Intercâmbio, Verbas e Pluralismo: a ANPEC na Evolução do Ensino e da Pesquisa em Economia no Brasil. In: COELHO, F. S.; SZMRECSÁNYI, T. **Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2007.